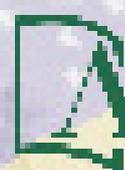


Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre

(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8	72
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO	
<i>Alane Maria da Silva</i>	
<i>Marilene Bizerra da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922018	
CAPÍTULO 9	83
CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
<i>Renner Coelho Messias Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922019	
CAPÍTULO 10	94
CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	
<i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<i>Izaque Pereira de Souza</i>	
<i>Aline Evelin Fabrício Macedo</i>	
<i>Ana Paula de Souza Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220110	
CAPÍTULO 11	105
DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS	
<i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220111	
CAPÍTULO 12	117
GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA	
<i>Daniel Neto Francisco</i>	
<i>Carlos Alberto Sarmento do Nascimento</i>	
<i>Lucimar Ferraz de Andrade Macedo</i>	
<i>Lamounier Erthal Villela</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220112	
CAPÍTULO 13	130
JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLITICAS PUBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?	
<i>Evânia Maria Oliveira Severiano</i>	
<i>Maria Luiza Fernandes Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220113	
CAPÍTULO 14	141
LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
<i>Fabrício Brito do Amaral</i>	
<i>Maria Fernanda Brito do Amara</i>	
<i>Deusiney Robson de Araujo Farias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220114	

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMIAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Aline Cunha da Fonseca

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas especialização em Atenção Psicossocial No Âmbito do Sistema Único de Saúde pela Universidade Federal de Pelotas e mestrado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal de Pelotas

Cristine Jaques Ribeiro

Doutora em Serviço Social PUCRS

Docente do Curso de Pós-graduação em Política Social e Direitos humanos e no Curso de Serviço Social da UCPEL, Coordenadora do GEP Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade.

Nino Rafael Medeiros Kruger

Doutorando e Mestre em Políticas Sociais e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), onde é bolsista CAPES.

Graduado em Serviço Social pela mesma instituição (2016)

Tayna Corrêa de Oliveira

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas. Articuladora do Fórum em Defesa do SUS - Pelotas e Coordenadora Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) – UCPEL

RESUMO: O presente trabalho pretende problematizar o tema do direito à cidade e a questão das populações periféricas como manifestação da questão social. Objetiva

também apresentar o tema do direito à posse frente a realidade que vivem 80 famílias num loteamento localizado no município de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul. Este loteamento denuncia a invisibilidade frente ao poder público da existência de uma comunidade populacional desprotegida socialmente que ocupa a terra à 30 anos. A ocupação do espaço acontece no entorno de uma “Sanga” que o mesmo poder público pretende revitalizar. No entanto, a revitalização desconsidera o direito a existências destas famílias que vem denunciado num processo histórico a negação dos direitos sociais, conseqüentemente, do direito à cidade. **PALAVRAS-CHAVE:** direito à posse; justiça ambiental; ocupação; direito à cidade.

ABSTRACT: The present work intends to problematize the theme of the Right to the city and the question of the peripheral populations as manifestation of the social question. It also aims to present the theme of the right to possession in the face of the reality that 80 families live in a settlement located in the city of Pelotas in the State of Rio Grande do Sul. This development denounces the invisibility vis-à-vis the public power of the existence of a socially unprotected population community that occupies the land to 30 years. The occupation of space happens in the surroundings of a “Sanga” that the same public power intends to revitalize. However, revitalization disregards the right to exist of

these families that has been denounced in a historical process the denial of social rights, and consequently, the Right to the City.

KEYWORDS: Entitled to possessio; Environmental Justice; Occupation; Right to the City

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da Pesquisa Científica que pretende analisar a Posse da Terra enquanto direito, problematizando sua função social relacionando com a realidade que vivem 80 famílias num loteamento “irregular” no município de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, propor pesquisa neste tema é propor a discussão e a reflexão da realidade que vivem famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução da desigualdade social na região sul do Estado.

Para tanto, se tem a intenção de transversalizar categorias analíticas que interferem substancialmente na garantia dos direitos sociais da população. Categorias que buscam trazer para análise da Cidade não só o olhar para um espaço de convivência e de circulação entre os diferentes, e de reprodução do modelo globalizante, mas de território vibrátil de direito de todos os cidadãos. Território que proporciona as manifestações da questão social a partir das lutas em defesa da vida, ou seja, pelo direito de existir, lutas travadas pelos agentes vinculados aos movimentos sociais organizados ou simplesmente pelos agentes vinculados em suas comunidades ou grupos/coletivos identitários.

Pesquisar a função social da posse da terra é investigar o processo de urbanização histórico pelo qual passou todo um contingente populacional, reconhecendo os conflitos de ordem econômica, política e geográfica que pulsam no interior das cidades.

Portanto, a pesquisa em questão estuda o resultado da urbanização caótica na vida da população, analisando suas condições de vida, a desproteção social e a invisibilidade pública frente aos direitos sociais e humanos, não garantidos, na constituição do desenho urbano na formação da sociedade.

2 | O DIREITO À CIDADE E AS COMUNIDADES PERIFÉRICAS

A cidade de Pelotas no ano de dois mil e quinze (2015) havia registrado na prefeitura municipal cento e sessenta e uma (161) áreas públicas ocupadas “irregularmente” há décadas. A exemplo de outras cidades, um terço da população pelotense vive em áreas irregulares, contabilizando mais de cem mil pessoas (PREFEITURA DE PELOTAS, 2015). Isso acontece em razão da imensa especulação imobiliária que a cidade é submetida diariamente, assegurando assim, que a população em vulnerabilidade

social seja cada vez mais afastada dos grandes centros, garantindo o aumento de vazios urbanos e áreas ociosas. Esse afastamento também garante o aumento de lucro das empresas de ônibus, por exemplo, tendo em vista que a população que está afastada do centro é a que mais o frequenta, pois necessita vender a sua mão de obra assalariada.

A globalização e o neoliberalismo presentes no Brasil a partir dos anos noventa e que vigora até hoje, enfatizaram as desigualdades sociais, com a concentração de terra e as privatizações. Características típicas do sistema capitalista que tende a segregar as cidades, deixando a imensa maioria dos trabalhadores em condições de vulnerabilidade social garantindo a perpetuação da propriedade privada nas mãos de uma pequena elite financeira. Presenciamos esta mesma elite ser beneficiada de todos os serviços básicos que garantem sua qualidade de vida, dividirem espaço com ocupações irregulares que raríssimas são aquelas que têm acesso a luz, água, saneamento básico, ruas que possibilitem entrada e saída de veículos como ambulâncias ou bombeiros. Essas negações de direitos básicos à sobrevivência humana, que são garantidas na constituição brasileira, porém não se materializam, remetem ao modo de produção em que vivemos.

A reforma urbana tem como objetivo a democratização do direito à cidade, deixando de transformar o espaço em mercadoria, visando a diminuição dos problemas recorrentes, como: a favelização e a segregação urbana. Busca um planejamento em conjunto com as comunidades que já possuem suas formas de resistência, atendendo suas demandas e valorizando sua forma de lidar e enxergar o território, garantindo assim a conscientização e execução de seus direitos.

O Bairro Três Vendas é uma das maiores áreas administrativas em extensão na cidade de Pelotas, esse bairro foi formado, segundo os moradores mais antigos, para comercialização do charque. A origem do nome se deu porque na época de sua formação havia apenas três vendas no local. Os moradores do sub-bairro advêm em sua grande maioria do bairro Santa Terezinha, oriundos da zona rural que vinham para área urbana trabalhar nos engenhos de arroz e na construção civil, que na época da formação estavam em constante aceleração.

Reconhecendo que a classe trabalhadora mais empobrecida, não possuiu a possibilidade de acumular riquezas, onde os primeiros ocupantes residiam em casas cedidas ou alugadas, durante a industrialização houve o intenso encarecimento do custo de vida, e sem condições de manter suas moradias, enxergaram na área desabitada um meio de viver (SANTOS, 2009). Nesse sentido, que a ocupação da Sanga das Três Vendas, se manifesta como resultado de um processo social, oriundo do modelo de urbanização e formação das cidades contemporâneas. O resultado será a forte manifestação da questão social como resultado do processo de exploração, opressão, discriminação e desigualdade social:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são

desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHING e BOSCHETTI, 2007, p. 51)

As constantes criminalizações das ocupações tiveram e ainda hoje tem grande influência nos conflitos entre o bairro e a ocupação, principalmente porque alguns moradores encontraram meios distintos para sobreviver, entre eles o envolvimento com o tráfico de drogas. Levando em conta que esses meios alternativos de sobrevivência também são formas características de cada comunidade e sua cultura, pelo imenso aumento das desigualdades sociais acabam por perpetuar o envolvimento com a criminalidade, sendo ela vista pela comunidade como algo “natural” do território.

A naturalização da criminalidade e o uso intenso de drogas, não presente apenas nessas comunidades periféricas, são o reflexo da falta de políticas públicas que visem à melhoria de vida, como educação de qualidade, saúde que atenda a todos e oportunidades de emprego, que ainda hoje excluem a classe trabalhadora negra, lgbtt possuem diferenças salariais para as mulheres periféricas, quando não deixando as camadas populares com cargos terceirizados, que não oferecem estabilidade, dificultando seu acesso tanto a terra como a mantimentos.

Na cartografia do loteamento, a paisagem apresenta famílias em situação de vulnerabilidade social, expostas a todo tipo de risco, seja ele de insegurança alimentar, violência, evasão escolar, analfabetismo, tráfico de drogas, moradias precárias, depósito de dejetos, etc...

Conforme indica o referido memorando do Banco Mundial, é para as regiões pobres que se têm dirigido os empreendimentos econômicos mais danosos em termos ambientais. Do mesmo modo, é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infra-estrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e trabalho. (ACSELRAD, 2009, p. 08-09).

As áreas de ocupação são aquelas abandonadas, esquecidas impróprias para o mercado imobiliário. Essas áreas tendem a tornarem-se esquecidas e invisíveis porque na lógica do mercado e da valorização imobiliária, as áreas consideradas valorizadas são aquelas que concentram grupos de maior poder social e político assegurando a esses grupos vantagem nas disputas pela distribuição espacial dos investimentos públicos na cidade, impedindo que o excedente gerado possa ser recuperado pelo poder público via tributação imobiliária e redistribuído para os seguimentos socioterritoriais desfavorecidos (ACSELRAD, 2009).

Na maioria das vezes, as áreas ocupadas, possuem restrição a ocupação, são áreas de desmoronamento, alagadiças, sem infraestrutura urbana, próxima de córregos. Além de outros fatores, como os acordos do Estado com as empresas

privadas, que tendem a garantir o espaço urbano para especulação imobiliária, a mesma é responsável por tornar essas áreas de risco ambiental, as únicas acessíveis as comunidades de baixa renda. Ainda, as questões de raça e classe social são um dos fatores que influencia a desigualdade ambiental.

(...) pode-se constatar que a raça, no Brasil, também constitui numa variável importante em termos de distribuição da 'desproteção ambiental', embora possa ser ainda prematuro afirmar que esses dados sugiram a existência de um 'racismo ambiental' com o mesmo perfil do norte-americano, sobre o qual se chegou inferir que a cor da pele seria a variável mais apta a explicar a distribuição de determinados riscos ambientais (ACSELRAD, 2009, p.47).

O direito à cidade se dá através de políticas públicas que sejam executadas de maneira eficaz, deve ser garantido o acesso à terra urbanizada, serviços públicos essenciais com qualidade, condições de habitações dignas, acesso universal a iluminação, saneamento, água potável, transportes públicos, acessibilidade e mobilidade. O direito à moradia acaba sendo negado e se tornando um privilégio. Desta forma, às ocupações de áreas ociosas e de casas que não estão cumprindo sua função social, se torna um direito e uma forma de propiciar o debate sobre o número de casas que atualmente estão sem moradores e o número de trabalhadores que não tem um lugar para morar.

O debate sobre a posse ainda é feito de maneira a culpabilizar as populações empobrecidas, como se estas não estivessem envolvidas em várias situações distintas, que os levam muitas vezes, contra a sua vontade, pois é reproduzido o discurso da ilegalidade em ocupar terra. O fator econômico é o que diretamente influencia o discurso da legalidade ou ilegalidade de uma ocupação. Quando o Estado vende uma área para a iniciativa privada, seja ela área de proteção ambiental ou uma área imprópria para ocupação, o empreendimento tem condições de pagar qualquer multa se está vir a ser feita caracterizando-o como uma ocupação legal.

É muito difícil, para não se dizer impossível, que o lugar social ocupado pelo intérprete da lei e dos fatos, não pese decisivamente em seu diagnóstico e prognóstico relacionados com a solução de qualquer situação, ação, ou conflito sobre terra, seja ele reivindicatório seja possessório (ALFOSIN, 2014, p. 176-177)

A perspectiva neoliberal defende a ideia de liberdade da iniciativa econômica, tão defendida nos últimos anos, se materializam na exclusão de um número significativo de famílias, estas sem casas e com direitos violados. Esta liberdade e o aumento em massa de produtividade, não diminuem, mas pelo contrário, aumentam a necessidade de moradia, violando sua dignidade pessoal, e descumprindo as funções sociais do espaço ocupado por elas. O capital na sua essência não quer eliminar a escassez da moradia mesmo que isso se torne evidentemente possível. Esse apontamento foi trazido no século XIX, mas se mantém atual no Brasil do século XXI, quando Engels afirmará que o processo de formação dos grandes aglomerados urbanos provoca o

aumento de aluguéis, a concentração de famílias em uma única residência e, quando não, desabrigadas. O filósofo explica que o problema não está na pouca quantidade de moradias, mas na maneira com que são distribuídas (ENGELS, 1820-1895).

Os direitos básicos de sobrevivência das famílias em regiões periféricas se tornam invisíveis para o poder público, que torna a posse e as ocupações ilegais, defendendo a propriedade privada. Essa preocupação resulta em milhões de pessoas sem-terra ou sem-teto no país, muitos dos direitos básicos, humanos são desconsiderados para a manutenção de bens e terras nas mãos de poucos, como se a posse não fosse uma forma legítima de reivindicação em uma propriedade que não exerce sua função social.

A privatização das áreas públicas atinge não só as empresas públicas, como também a educação, informação, a moeda, a violência, o direito, ou seja, todo o espaço público em seu conjunto. Não sendo apenas o direito à moradia negado solitariamente, mas também todos os direitos que envolvem a sobrevivência humana e o seu bem-estar social, pois no momento em que se têm negado terra, não há garantia de cumprimento dos direitos à alimentação, saúde, educação, segurança, etc. A negação dos direitos sociais é a negação do direito à cidade.

3 | O LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

O Trabalho Técnico Socioambiental – TSA - do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas- SANEP - passou a ser executado no ano de 2012, em função da implantação do Coletor Geral – CG3 e da Construção da Estação de Tratamento de Esgoto Novo Mundo. Estes empreendimentos tem por objetivo interceptar as redes públicas de esgoto através do CG3 e transportá-lo para ser tratado adequadamente na Estação de Tratamento Novo Mundo, localizada na Av. Francisco Caruccio. Atualmente, o esgoto gerado no bairro Três Vendas, em grande parte, é descartado na chamada Sanga das Três Venda, pela ausência e insuficiência do sistema de esgotamento sanitário.

A decisão do Setor de Serviço Social do SANEP de apresentar projeto junto ao Ministério das Cidades para a construção do Coletor Geral 3 (CG3) e da Estação de Tratamento Novo Mundo, se deu pelo fato do sistema de esgotamento sanitário do bairro Três Vendas, no município de Pelotas/RS, encontrar-se no limite de sua capacidade de funcionamento em decorrência do crescimento da cidade em direção à Zona Norte. É sabido o crescente investimento do mercado imobiliário no bairro através da implantação de inúmeros empreendimentos habitacionais nos últimos anos.

A política de saneamento do bairro Três Vendas foi estabelecida para atender a demanda do mercado imobiliário e dos programas habitacionais do governo federal. No primeiro ano de trabalho do TSA, durante o mapeamento socioambiental, foram identificadas populações que, embora estivessem na área de intervenção do CG3 e ETE Novo Mundo, não seriam beneficiadas com o empreendimento pelo fato de suas

moradias não estarem conectadas às redes públicas de esgoto.

Estas situações predominam no espaço geográfico da bacia do Cg3 delimitado como o entorno da Sanga das Três Vendas formado pelos bairros: Santa Terezinha, Py Crespo, Vila Silveira e Lindóia, obedecendo a critérios sociais e ambientais a partir de uma compreensão acerca dos riscos socioambientais a que as famílias estão expostas. A situação fica ainda mais grave quando identificadas famílias que ocupam o leito da Sanga (Loteamento Santa Cecília), que por falta de infraestrutura urbana, moradias precárias e ausência de saneamento estão sob risco eminente de erosão do solo, alagamentos, doenças de vinculação hídrica, além da precarização das condições de vida identificadas pelos aspectos sociais, resultantes dos processos de segregação socioespacial, acirramento das desigualdades socioambientais e exclusão social.

As famílias citadas acima estão há 30 anos ocupando essas áreas. Trata-se de trabalhadores, em sua maioria, oriundos do próprio bairro Santa Terezinha. As primeiras famílias que ocuparam o leito da Sanga residiam em casas cedidas ou alugadas e que, sem condições de manter suas moradias, viram no leito da Sanga uma alternativa de um lugar próprio para morar. A situação de pobreza vivenciada pelas famílias ocupantes do leito da Sanga poderá ser consequência da própria dinâmica do modelo de produção capitalista, que teve um pico na revolução industrial e responsável pela precarização das relações de trabalho, resultando no desemprego e o que alguns autores chamaram de trabalhadores supérfluos ou exército de reserva e que se acirra na desregulamentação e precarização do trabalho no capitalismo tardio.

No caso relatado acima, cabe destacar que a situação de pobreza se agrava no período de desindustrialização de Pelotas, com o fechamento das fábricas ocasionando o fenômeno do desemprego. Muitos pais e avós das famílias moradoras do leito da sanga eram operários das fábricas e sem emprego, suas famílias até os dias atuais, ganham a vida na informalidade, formando um contingente de pessoas sem condições de ser absorvidas pelo mercado de trabalho. O processo de ocupação da Sanga, não foge das características dos processos de formação das cidades contemporâneas, e a organização sociopolítica do espaço urbano, resultando na luta pelo domínio do espaço emergido nos primeiros processos de industrialização nos grandes aglomerados urbanos, mantidos até os dias de hoje com a exclusão socioespacial na segregação das cidades.

Outra característica que merece destaque é a família como um elemento de constituição do território. Durante o período de ocupação houve movimentos migratórios, muitas famílias saíram do lugar cedendo as moradias para pessoas pertencentes à própria constituição familiar, redesenhando o território a partir dos laços consanguíneos.

Nesse sentido que a ocupação da Sanga das Três Vendas manifesta-se como resultado de um processo social, oriundo do modelo de urbanização e formação das cidades contemporâneas. Para este processo, as áreas de ocupação são aquelas abandonadas, esquecidas, impróprias para o mercado imobiliário. Na maioria das vezes

com restrição à ocupação, áreas de desmoração, alagadiças, sem infraestrutura urbana, como é o caso.

Essas áreas tendem a tornarem-se esquecidas e invisíveis porque na lógica do mercado e da valorização imobiliária. As áreas consideradas valorizadas são aquelas que concentram grupos de maior poder social e político assegurando a esses grupos vantagem nas disputas pela distribuição espacial dos investimentos públicos na cidade, impedindo que o excedente gerado possa ser recuperado pelo poder público via tributação imobiliária e redistribuído para os seguimentos socioterritoriais desfavorecidos (ACSELRAD, 2009). As famílias moradoras do entorno da Sanga, por diversas vezes, procuraram o poder Público Municipal para solicitar a regularização da situação e políticas que garantissem a moradia adequada, através de idas a prefeitura e organização de abaixo assinado, solicitando providências. Promessas foram feitas, mas até os dias de hoje, ainda se encontram excluídos da distribuição espacial dos investimentos públicos.

Contextualizando a problemática socioambiental nas questões urbanas, é urgente que os projetos e ações assumam um compromisso ético e político em defesa do direito à cidade, entendendo este, como um direito humano fundamental e como direito coletivo. Considera-se que o direito à cidade pressupõe o acesso à terra urbanizada, condições dignas de habitação, serviços públicos essenciais com qualidade, acesso universal aos serviços de saneamento, iluminação pública, mobilidade e acessibilidade, transporte público com qualidade a proteção contra os despejos e o reconhecimento do direito da posse e da função social da propriedade. Ainda, o respeito à identidade cultural e à diversidade de grupos tradicionais.

Portanto, este trabalho versa na tentativa de publicizar o direito à existência e para tanto problematiza a questão da ocupação do espaço como possibilidade de viabilizar condições de vida para população empobrecida. Como bem lembra Alfonsin (2014), a terra como objeto de posse é indispensável para a satisfação das necessidades vitais do ser humano. Cabe aqui ainda sublinhar que a função social da terra diz respeito ao acesso da terra e que seja possível partilhar seus frutos na garantia da dignidade humana para os “desprotegidos” frente aos direitos sociais e humanos. Se torna necessário investigar em que condições e circunstâncias o acesso à terra é viabilizado, pois pode-se arriscar a afirmativa de que o direito à vida só é possível quando seus meios são garantidos.

Nesse ínterim, relaciona-se o tema sobre o direito à cidade que na contemporaneidade manifesta-se polêmico e complexo. A cidade como espaço de ocupação deve garantir a existência de seus agentes bem como a participação social dos mesmos, pois a cidade é literalmente o espaço público entre os diferentes.

Outra questão, no que se refere à cidade, é sobre o potencial de participação popular de uma comunidade, pois quando pensamos sobre este potencial, logo é possível relacioná-lo com sua capacidade de mobilização, porém o espaço urbano vem se cristalizando pela influência da Mixofobia, como lembra Bauman (2009), ou

seja, o medo produzido socialmente de se “misturar”.

Então, cabe problematizar os atravessamentos da sociedade globalizante que imprime modelos do cotidiano da vida de seus agentes. Considerando a paisagem urbana, é possível identificar modos de vida diversos se interrelacionando e com eles existe um conjunto de expectativas, desejos, lutas no dia a dia que compõe o habitar coletivo. Porém, com os processos econômicos e políticos acelerados, a segregação social vai sendo evidenciada no contorno das cidades e, paralelamente, o imaginário construído sobre o perigo e a insegurança são alimentados. Conseqüentemente, o espaço de moradia constitui-se mais privado possível, mais cercado possível, mais distante da convivência com os diferentes.

Desse ponto de vista, a pobreza se torna cada vez mais criminalizada, a violência mais instigada e descontextualizada, a fragmentação das relações sociais mais potencializada. As cidades globalizadas, a princípio, por um lado, estão destinadas a cultuar o medo, a desconfiança, a competição ou, por outro, começar a reinventar os modos de vida coletivos capazes de resistir as imposições dos valores capitalistas atuais.

4 | CONCLUSÕES

Por fim, a questão da falta de condições dignas de moradia e suas conseqüências recorrentes na sociedade capitalista construíram as bases das relações desiguais dentro da cidade. Nesse palco de desproteção social, a questão do direito à posse é identificada como realidade cotidiana da população Sem Teto, Sem Terra, Sem Emprego.

Segundo Alfonsin:

O debate sobre a posse das coisas constitui fato ou direito, então, perde qualquer sentido quando a falta de acesso das pessoas àquelas que são indispensáveis a vida põe em risco ou elimina esse direito (2014, p. 175).

O presente trabalho apresentado ainda está em fase de andamento, não podendo ainda expor um quadro fechado da realidade observada. Portanto, cabe salientar que o objeto dessa pesquisa é perpassar a discussões e reflexões da realidade que estão expostas as famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução massiva da desigualdade social. Pesquisando a função social da terra e negando os dogmatismos positivistas, é de grande importância investigar o processo de urbanização histórico que passou todo um contingente populacional, reconhecendo os conflitos de caráter classista que interferem diretamente na política e na geografia das cidades.

A presente realidade está cada vez mais conflitante nos seus princípios segregadores. Observa-se a acelerada criminalização da pobreza e dos movimentos

sociais que se manifestam na luta pela garantia da qualidade de vida do coletivo, essa criminalização reproduzida pela sociedade legitima ações desproporcionais por parte do Estado, representado principalmente pela polícia militar, que tem sua principal atividade voltada para a proteção da propriedade privada do que pela proteção dos indivíduos. O que acaba por fortalecer as disputas dentro das comunidades e fora delas, pois a periferia a muito não enxerga no Estado e na PM uma referência em segurança, mas sim, em extermínio da população jovem, negra e periférica. Essa realidade por outro lado aumenta o número de organização da comunidade, estabelecendo sua própria autonomia, instalando meios de garantir a ordem, a sobrevivência e a segurança.

A pesquisa apresentada tem como objetivo se tornar um forte instrumento de estudo sobre a caótica urbanização, analisando suas condições de vida, a desproteção social e a invisibilidade pública, pautando os direitos sociais e humanos não garantidos na formação da sociedade brasileira. A preservação da dignidade humana e do meio ambiente não se torna possível dentro do sistema capitalista, pois o mesmo necessita destas para o enriquecimento de uma minoritária parcela da população, visando o lucro num curto espaço de tempo. Essa lógica, não busca entender ou evitar as consequências dos grandes empreendimentos ou analisar os impactos socioeconômicos que causam nas famílias e na cidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALFONSIN, Jacques Távora. **A Função Social da Posse como pressuposto de licitude éticojurídica do acesso e da conservação do direito à terra**. [Http://www.abda.com.br/revista18/pdf/artigos/A%20função.pdf](http://www.abda.com.br/revista18/pdf/artigos/A%20função.pdf). Acesso dia 17/02/20114.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PELOTAS, Prefeitura de. **Prefeitura busca parceria com UFPel e IFSul na área da Habitação**: O objetivo é o apoio técnico para execução dos projetos de regularização fundiária. 2015. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNS0xMS0yMw==&codnoticia=40679>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

